

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673

/SindBancariosPetropolis

sindbancariospetropolis@gmail.com

## Ano XX n° 5806 – 07 maio de 2018

## Bancos impedem crescimento econômico e geração de empregos

O Brasil patina na crise, mas quem paga a conta é sempre o trabalhador. Com uma política econômica baseada no "rentismo" privilegiando especuladores e banqueiros, os bancos continuam faturando bilhões, com lucros que não param de crescer. Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal fecharam 2017 com 78,5% do mercado de crédito. A situação é ainda mais desalentadora ao saber que a economia do país está nas mãos de dois banqueiros: Henrique Meirelles, Ministro da Fazenda e dono do banco virtual Original e llan Goldfajn, presidente do Banco Central, que é sócio do Itaú Unibanco.

A concentração no setor se agrava ainda mais, com a política do governo Temer de esvaziamento das instituições públicas e do avanço do setor privado na fatia mais lucrativa do mercado. As quatro maiores instituições financeiras (Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco e Santander lucraram R\$57,63 bilhões em 2017, uma alta de 14,6% em relação ao ano de 2016 (R\$50,29 bi).

O resultado não poderia ser pior para o consumidor. Os juros no cheque especial, por exemplo, chegam a 526,13% ao ano. O mais absurdo é que são justamente as maiores instituições financeiras que cobram as taxas mais altas.

No cartão de crédito, as taxas são de cerca de 334,5%. Os donos de lojas de departamentos viram nas financeiras um meio mais fácil de ganhar dinheiro. Os cartões destes estabelecimentos chegam a cobrar 875% de juros ao ano. Entre elas, a Riachuelo, de propriedade do empresário Flávio Rocha, que apesar de acumular riqueza à custa de juros escorchantes, ainda quer ser candidato à Presidência do Brasil em 2018.

## Desemprego bate mais um recorde negativo

Uma pesquisa realizada pelo IBGE revelou que até o mês de março, foi registrado a maior taxa de desemprego no Brasil, a maior em dez meses, totalizando 13,7 milhões de pessoas sem emprego de carteira assinada, representando 13,1% da população.

Os números assustam, ainda mais quando compararmos os meses de dezembro até março, quando 1,379 milhão de pessoas ficaram desempregadas. Este número representa uma alta de 11,2% em relação ao quarto trimestre do ano passado.

Até o mercado informal, sem carteira assinada e, portanto, sem direitos trabalhistas, registrou mais demissões em comparação ao trimestre encerrado em dezembro. O número de empregados sem carteira também caiu para 10,7 milhões de pessoas, ou menos 402 mil trabalhadores.

Já a categoria dos trabalhadores por conta própria ficou estável na comparação com o trimestre encerrado em dezembro, com 23 milhões. Em relação ao mesmo período do ano anterior, houve alta de 3,8% (mais 839 mil pessoas).

## CEF: Temer amplia desmonte, através do "Programa Eficiência"

Na primeira reunião da mesa de negociação permanente, no último dia 24, um dos principais temas tratados pela Comissão Executiva dos Empregados (CEE) com os representantes da Caixa Econômica Federal (CEF) foi o modelo de desmonte do banco, que a diretoria chama de "Programa Eficiência". Este processo pode afetar áreas estratégicas da CEF, sobretudo os programas sociais, de habitação e FGTS.

Os representantes do banco negaram que se trate de uma nova reestruturação, mas de um processo de realinhamento com prioridade na eficiência e "melhoria de processos e pessoas". Negaram, também, que vá haver cortes de funções ou prejuízos aos empregados. Para o integrante da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa), Ricardo Maggi, diretor da Fetraf-RJ/ES, que participou do encontro, a diretoria da CEF tenta uma forma de driblar o acordo coletivo específico.

Os problemas do Saúde Caixa ocuparam boa parte da reunião. A qualidade do atendimento caiu de tal maneira que o plano ficou em 1º lugar em reclamações junto à Agência Nacional de Saúde (ANS), com 8,69 ocorrências por dez mil usuários, muito acima da média do segmento, de 2,78/10.000. O movimento sindical reivindica que a alçada de atuação dos comitês de credenciamento e descredenciamento seja ampliada, para que possam atuar também na fiscalização do atendimento ao usuário.